



# SINA

Sindicato Nacional dos Aeroportuários



Setembro de 2014

## Vitória dos aeroportuários: Governo Federal amplia estabilidade dos trabalhadores da Infraero

O Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) assinou um novo acordo com a Infraero, no qual amplia a estabilidade dos

aeroportuários da estatal até 31 de dezembro de 2020. A formalização aconteceu na terça-feira (16/9), na Secretaria de

Aviação Civil (SAC), em Brasília.

A medida beneficia inclusive os aeroportuários que estão cedidos a outros

órgãos e também os que estão com seus contratos de trabalho suspensos, atuando nas concessionárias privadas.

Página 3

Acesse nosso site e acompanhe as notícias sobre a categoria e os vídeos na nossa TV Sina. [www.sina.org.br](http://www.sina.org.br)



O presidente do Sina, Francisco Lemos, o presidente da Infraero, Gustavo do Vale, o ministro chefe da Secretaria de Aviação Civil, Moreira Franco, e o ministro interino da Secretaria Geral da Presidência da República, Diogo Santana, durante assinatura do acordo que amplia a estabilidade aos aeroportuários da estatal até 31 de dezembro de 2020

## UM POUCO DE HISTÓRIA

# Campanha do Sina contra a concessão de aeroportos

O ato contra a privatização dos aeroportos e em defesa do patrimônio público reuniu militantes e dirigentes do Sina, CUT, Central de Movimentos Populares (CMP), Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB), Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido Pátria Livre (PPL), em frente à Bolsa de Valores de São Paulo, em 6 de fevereiro de 2012.

Os manifestantes entoaram frases como “Dilma, eu não me engano, privatizar é coisa de tucano”. Enquanto isso, dentro da BM&FBovespa, era realizado o leilão de privatização dos aeroportos de Guarulhos (Cumbica), Campinas (Viracopos) e Brasília (Juscelino Kubitschek). Juntos, eles respondiam na época por 30% da movimentação dos passageiros, 57% da carga e 19% das aeronaves do sistema brasileiro.

O presidente do Sina, Francisco Lemos, criticou a privatização e a participação de estrangeiros no leilão, com recursos do BNDES. “Não tem sentido nenhum dar dinheiro público para os estrangeiros virem tomar o que é nosso”, afirmou. Para Quintino Severo, Secretário Geral da CUT, “é um absurdo entregar o filé do transporte aéreo brasileiro e os melhores e

mais lucrativos aeroportos à iniciativa privada, com 80% dos investimentos oferecidos pelo BNDES, que é um banco público”.

Os aeroportos foram arrematados por R\$ 24,5 bilhões no total, quase cinco vezes os R\$ 5,477 bilhões estipulados no início do leilão. O maior ágio (673,39% superior ao preço mínimo) ficou com o aeroporto de Brasília, que obteve oferta de R\$ 4,51 bilhões. Em segundo lugar ficou o de Guarulhos, com ágio de 373,51%, por R\$ 16,213 bilhões. No aeroporto de Campinas, a oferta foi de R\$ 3,821 bilhões, 159,75% acima do preço mínimo.

Os recursos foram destinados ao Fundo Nacional de Aviação Civil (Fnac). As concessionárias assumiram um plano de investimentos de R\$ 16,1 bilhões: desses, R\$ 4,6 bilhões em Cumbica, R\$ 8,7 bilhões em Viracopos e R\$ 2,8 bilhões em Brasília. O leilão, realizado pela Agência Nacional de Aviação Civil (Anac), durou cerca de três horas e foi disputado por 11 consórcios formados por 28 empresas nacionais e estrangeiras.

Em 22 de novembro de 2013, uma nova rodada de concessões de aeroportos brasileiros garantiu ao governo uma arrecadação de R\$ 20 bilhões, com um ágio de 251,74% em relação ao mínimo fixado. Foram leiloados, na BM&FBovespa,

o Aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro, arrematado por R\$ 19 bilhões pelo consórcio Aeroportos do Futuro, e o Aeroporto de Confins, em Minas Gerais, por R\$ 1,82 bilhão, pelo consórcio AeroBrasil.

O consórcio Aeroportos do Futuro, que arrematou o Galeão, é composto pela Odebrecht TransPort Aeroportos S.A., com 60% de participação, e pelo operador Excelente B.V. (cujo titular é a Changi, operadora do aeroporto de Cingapura), com participação de 40%. Já o consórcio AeroBrasil, que ficou com a concessão de Confins, é controlado pela CCR (75%), Zurich Airport International AG (24%) e Munich Airport International Beteiligungs GMBH (1%).

O prazo de concessão foi estabelecido em 25 anos para o Galeão, e 30 anos para Confins. A Infraero ficou como sócia, com 49% de participação nos consórcios.

O Sina continua contrário à privatização dos aeroportos da Rede Infraero. A entidade não se opõe à construção e exploração de novos aeroportos pela iniciativa privada, mas defende que os terminais públicos devam continuar com a estatal. Além disso, a direção da entidade segue na luta, na Justiça, pela anulação dessas concessões, assim como pela manutenção dos postos de trabalho dos aeroportuários.



Hércules



### GOVERNO COLLOR: CAÇA AOS MARAJÁS GEROU PREJUÍZO AOS AEROPORTUÁRIOS

No começo dos anos 90, o governo Collor implementou, com um falso discurso de caçador de marajás, um processo de corte de funcionários públicos em várias estatais federais. Na Infraero, o resultado foi um enorme prejuízo para a vida de muitos trabalhadores, que ficaram anos fora da estatal. Muitos voltaram depois de algum tempo, por decisão judicial, e outros pelo acordo de anistia concedido no primeiro mandato do governo Lula, mas até hoje lutam para reverter as perdas salariais e profissionais desse período.



O benefício se estende aos aeroportuários que estão cedidos a outros órgãos e também aos que estão com seus contratos de trabalho suspensos, atuando nas concessionárias privadas

# Sina garante estabilidade dos trabalhadores da Infraero até 31 de dezembro de 2020

A cópia do acordo estará disponível no site do Sina no início de outubro, após registro legal.

Na terça-feira (16/9), na Secretaria de Aviação Civil (SAC), em Brasília, a diretoria do Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) assinou um novo acordo com a Infraero, no qual amplia a estabilidade dos aeroportuários da estatal até 31 de dezembro de 2020.

A medida beneficia inclusive os aeroportuários que estão cedidos a outros órgãos e também os que estão com seus contratos de trabalho suspensos, atuando nas concessionárias privadas.

Participaram da cerimônia os ministros Diogo Santana (interino da Secretaria Geral da Presidência da República), Wellington Moreira Franco (ministro chefe da Secretaria de Aviação Civil), José Feijó (assessor especial da Secre-

taria Geral da Presidência da República), Guilherme Ramalho (diretor executivo da SAC e presidente do Conselho de Administração da Infraero) e o presidente da Infraero, Gustavo do Vale.

Por parte dos trabalhadores, estiveram presentes o presidente do Sina, Francisco Lemos, os diretores Marcelo Tavares, Francisco Barros, Célio Barros, Samuel Santos, Alberto Carvalho, e o assessor jurídico Maurício de Freitas.

Na reunião de assinatura do acordo, Diogo Santana afirmou que a Presidência da República manterá sempre as portas abertas para construir os acordos necessários com a classe trabalhadora. "No caso do Sina, que buscou dentro desse novo contexto preser-

var os postos de trabalho dos aeroportuários, fica o exemplo da inovação, da criatividade e maturidade sindical que, com certeza, deve ser seguido por outras entidades sindicais que nesse momento estão dialogando com o Governo", disse.

O ministro da SAC, Moreira Franco, salientou que o governo, no processo de concessão dos aeroportos, atuou de forma diferente, buscando aliar o respeito aos direitos dos trabalhadores e a manutenção dos postos de trabalho à necessidade de atender a urgência de investimentos nos aeroportos brasileiros. "A mão-de-obra qualificada do trabalhador da Infraero será fundamental para o ambicioso projeto de investimentos maciços nos 270 aeroportos que

integrarão o Brasil através da aviação regional", completou.

O presidente da Infraero, Gustavo do Vale, ressaltou que a assinatura da extensão do acordo coletivo traz tranquilidade aos trabalhadores da estatal.

Francisco Lemos, presidente do Sina, destacou a impor-

tância da assinatura do acordo. "O principal aspecto deste acordo é a garantia dos postos de trabalho. No dia a dia, nós lutamos por melhores condições de trabalho, plano de carreira, melhoria de salários, mas a garantia dos postos de trabalho por mais seis anos é muito importante", finalizou.



Moreira Franco: "Essa reunião singela é uma reunião de muita grandeza política e social, na qual estamos construindo a grandeza desse país sem pisar nos direitos dos trabalhadores"



Gustavo do Vale: "Esse acordo vem colocar uma pá de cal no receio de demissões na Infraero".



Diogo Santana: "A assinatura do acordo com o Sina é um exemplo de negociação entre trabalhadores, estatais e governo".



Francisco Lemos: "Esse acordo é um sinal de que o governo acredita que os trabalhadores da Infraero podem contribuir muito para a aviação no país".

**Accesse o site e acompanhe as notícias sobre a categoria e os vídeos na nossa TV Sina.**  
[www.sina.org.br](http://www.sina.org.br)

# “Devo, não nego, pago quando puder”

divulgação



Na segunda-feira (8/9), a Infraero divulgou um comunicado informando aos trabalhadores o andamento das negociações com o Sindicato Nacional dos Aeroportuários (Sina) sobre o Plano de Carreira Cargos e Salários (PCCS), adicional de periculosidade de segurança (Portaria 1885/MTE) e as diferenças do adicional noturno.

O Sina tem cobrado o cumprimento da cláusula 85 do Acordo Coletivo, na qual a Infraero se compromete a implementar o PCCS até 30 de setembro de 2014. A comissão paritária está concluindo o programa para apresentá-lo à categoria e deve realizar mais uma reunião, antes do dia 20 de setembro, para finalizar a proposta.

Quanto à periculosidade, que deve ser paga aos profissionais da área de segurança (Portaria 1885/MTE), a Infraero tem demonstrado intenção em cumprir a lei e já está realizando as perícias técnicas exigidas com o objetivo de respaldar os pagamentos.

Já ocorreram algumas perícias em instalações da empresa. Os trabalhadores que (de acordo com a Infraero) já fazem jus ao adicional terão o benefício incorporado aos salários. A empresa deve apresentar até o final do mês uma lista com outras localidades que deverão ser periciadas até 15 de outubro de 2014.

O Sindicato sabe que as perícias não trarão a realidade de todo o quadro de profissionais de segurança e já avisou à Infraero que contestará os resultados e buscará na Justi-

ça do Trabalho o direito dos trabalhadores nos casos em que não houver acordo.

É consenso entre Sina e Infraero que o retroativo, desde dezembro de 2013 (quando a portaria entrou em vigor), deverá ser pago a todos aqueles que fizeram jus.

Sobre as diferenças do adicional noturno, praticamente já está concluído o processo conjunto de auditoria realizado pelo Sindicato e Infraero. O Sina aguarda até o final de setembro a listagem dos empregados com horas devidas e uma definição mais ampla no apontamento do sistema Sisponto, que a própria empresa admite ter falha em algumas localidades. O objetivo é que a demanda seja definida ainda este mês.

## Passivo trabalhista

Em seu informativo, a Infraero anunciou dificuldade financeira e pediu prazo para pagar o passivo trabalhista criado pela sua própria gestão e apontado com muita propriedade e competência pelos dirigentes do Sindicato. O ‘chororô’ de devedor já era previsto pela categoria e pelo próprio Sina, por ocasião da concessão dos aeroportos. Como o plano da empresa, na época, era fazer a concessão baseada no modelo dos setores elétrico, bancário e das telecomunicações (cujas empresas adquiridas pela iniciativa privada implementaram, logo após a privatização, demissões em massa), a Infraero foi surpreendida pela articulação sindical promovida pelo Sina, que reverteu esse cená-

rio e resultou na estabilidade e na preservação dos empregos dos aeroportuários. Hoje, a gestão da Infraero é obrigada a se curvar e respeitar a sua própria classe trabalhadora.

Por isso, o discurso clássico “devo, não nego, pago quando puder”, até é compreendido pelos trabalhadores, mas eles não podem ser os únicos a ir para o sacrifício. Cobraremos que a Infraero use esse discurso também para os seus contratos milionários e seus fiéis fornecedores, porque, nesses casos, a lei sempre favorecerá o trabalhador como prioridade em pagamentos devidos.

Esperamos que, quando passar essa fase de ‘vacas magras’, nossa PLR seja distribuída com mais justiça, porque 49% de sociedade nestes

grandes aeroportos renderá muito lucro para a Infraero.

**Acesse nosso site e acompanhe as notícias sobre a categoria e os vídeos na nossa TV Sina.**  
[www.sina.org.br](http://www.sina.org.br)

## EXPEDIENTE

Esta é uma publicação do Sindicato Nacional dos Aeroportuários - Sina  
 Avenida Antonio de Souza, 601  
 Guarulhos/SP - (11) 2440-6622  
 Jornalista responsável: Kalinka  
 Kaminski, MTb 10.182/RS

